



Ensino/aprendizagem De Pessoas Com Deficiência Intelectual (DI) Mediante Jogos Teatrais

Neto Portela¹

RESUMO - O trabalho proposto tem por objetivo promover o desenvolvimento do ensino/aprendizagem da criança com deficiência intelectual (D.I) mediante dos jogos teatrais. Ele é especificamente voltado às pessoas que vivem às margens da sociedade, devido a um problema cientificamente provado que é reflexo de questões político-sociais. Será abordado como solução desse problema político-social a definição e classificação de deficiência; métodos de ensino-aprendizagem com o enfoque em pessoas com deficiência mental, embasado em um currículo adequado partindo de condições gerais às específicas; e de que maneira o método de improvisação teatral de Viola Spolin pode auxiliar nesse processo. Para que seja possível ao professor que está em sala de aula com o aluno com esta deficiência ter aporte teórico para o desenvolvimento de suas aulas.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Especial. Deficiência Intelectual (DI). Jogo Teatral. Improvisação.

INTRODUÇÃO

A escola é um local que deve promover a inclusão de todos para que seja possível formar cidadãos de convivência social, quebrando de certa forma preconceitos

¹ Estudante de Teatro Licenciatura da UFAL. Pesquisador de Arte Educação, políticas educacionais, didática e desenvolvimento e aprendizagem. E-mail: netoportela.ifpe@gmail.com

sociais e culturais. O ensino para o aluno com deficiência Intelectual (DI) é mais uma barreira a ser quebrada na sala de aula regular. Os professores devem atentar para as estratégias pedagógicas que levantarão e o modo como tratar estes alunos junto aos não deficientes.

Meios possíveis de trabalho para o desenvolvimento eficaz do ensino/aprendizagem destas crianças são os jogos lúdicos. Dentre eles há classificações de habilidades desenvolvidas com a aplicação dos jogos lúdicos e nelas é possível perceber que o ensino da Arte, através de jogos teatrais são características fortes para a formação do deficiente intelectual.

Contudo, surge um levantamento, como é possível trabalhar os jogos teatrais para o desenvolvimento da criança com deficiência intelectual? Acredita-se que o uso do método de criação da personagem de improvisação teatral de Viola Spolin pode ser crucial para esse desenvolvimento, pois através das habilidades e das técnicas utilizadas nesse método se efetivam o poder de criação e espontaneidade da criança.

As habilidades desenvolvidas pelas atividades lúdicas paralelas dos jogos teatrais são Inteligência Linguística, Inteligência Cinesésica Corporal, Inteligência Musical, Inteligência Espacial ou Visual e Inteligências Pessoais, nas quais promovem competências e habilidades necessárias para o aluno com a deficiência Intelectual.

Diante disso, o presente trabalho tem por objetivo geral promover o desenvolvimento do ensino/aprendizagem da criança com deficiência intelectual (D.I) mediante dos jogos teatrais. Como objetivo específico pretende elencar as habilidades e benefícios do lúdico ao desenvolvimento da criança com DI; relatar as técnicas dos jogos teatrais e de improvisação de Viola Spolin; e promover a importância do trabalho com os jogos teatrais.

Portanto, este artigo se mostra relevante para os professores que têm em sua sala de aula algum aluno com deficiência intelectual e necessitam de estudos que relatem meios de procedimento pedagógicos para aplicação em aula. Além de possibilitar outro olhar da sociedade para o DI, tendo em vista que neste documento é exposta a classificação desta deficiência.

Para desenvolver este trabalho foi utilizada a pesquisa qualitativa de cunho bibliográfica. Tendo aporte teórico em Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), livros de autores renomados na área da Deficiência e Teatro, artigos de autores da educação e de produções didáticas-pedagógicas (PDE).

A DEFICIÊNCIA INTELECTUAL E MEIOS PARA O ENSINO E APRENDIZAGEM

Fonseca (1995) apresenta a definição da criança deficiente, aceita internacionalmente e aprovada pelo Council of Exceptional Children (CEC) no I Congresso Mundial sobre o futuro da Educação Especial, realizado em Stirling (Escócia) em 1978, que é que a criança deficiente é aquela que foge da média ou da criança “normal” em características mentais; aptidões sensoriais; características neuromusculares e corporais; comportamento emocional; aptidões de comunicação; múltiplas deficiências, que seja preciso uma modificação no processo educacional, ou até mesmo uma criação de serviço especial com o propósito de desenvolver ao máximo as suas capacidades.

Tendo em vista essa definição, Vítor da Fonseca (1995) aponta que devemos atentar às classificações dadas: criança com dificuldade de aprendizagem não é deficiente. E ainda cita as ramificações dessa Dificuldade de Aprendizagem (DA). DA (I): Primárias – onde não há o diagnóstico: estão associadas às aquisições especificamente humanas, como a linguagem, a leitura e o cálculo. DA (II): Secundárias – Relacionam-se as aquisições não especificamente humanas, onde há um diagnóstico (deficiência visual, mental, auditiva, motora, emocional etc.). “As dificuldades de aprendizagem são aqui uma consequência secundária de deficiências nervosas, sensoriais, psíquicas ou envolvimentoais (privações culturais, desvantagens socioeconômicas [...])” (FONSECA, 1995, p.30.). Percebemos que as deficiências envolvimentoais são ocasionadas por uma desvantagem social, ou até mesmo a não socialização essa criança com seus pais e outros seres humanos, o que por sua vez não estimula o processo de psicolinguagem e psicomotor da criança. O autor ainda aponta que nas famílias de classes desprivilegiadas a linguagem é pouco complexa e agramatical, causando uma deficiência mental na criança, gerada por uma série de problemas bioquímicos; genéticos; e problemas sociais e culturais.

Para evitar os equívocos nas nomenclaturas das classificações devemos atentar para as seguintes questões:

Na criança com deficiência mental, o potencial de aprendizagem é caracterizado por graus de incapacidade adaptativa, em que subsiste uma inferioridade mental global. Na criança com dificuldades de aprendizagem, há um potencial normal de aprendizagem caracterizado por discrepância entre as capacidades e o nível de realização, ou seja, verifica-se uma integridade global sensorial, intelectual, emocional e motora e apenas se observa uma

dificuldade na aprendizagem [...] Temos que distinguir criança com DA da criança deficiente [intelectual] e da criança que experimenta problemas de aprendizagem por razões de desvantagem cultural, de inadequado envolvimento pedagógico, de envolvimento socioeconômico e socioemocional frustrado ou por deficiências específicas, típicas ou múltiplas, diagnosticadas cientificamente. O potencial da criança com DA é normal e médio; o problema está em ajustar os processos pedagógicos ao perfil de aprendizagem intraindividual da criança. (FONSECA, 1995, p. 34 – 35).

Na perspectiva da classificação e definição não podemos esquecer que deve haver uma interdisciplinaridade nas profissões, sempre atentando para um diagnóstico clínico, psicológico e pedagógico. Claro, temos que frisar neste último, já que estamos tratando de uma pedagogia para a Educação Especial no desenvolvimento do processo de ensino aprendizagem.

Fonseca (1995) aponta para intervenções na prevenção e/ou em ações educacionais diante da Deficiência Intelectual (DI) que se baseiam em formas possíveis para sua divulgação, identificando a redução de 50% da incidência da DI quando aplicadas: a identificação precoce da DI, onde é mencionado o grande ganho que se tem quando se faz uma ligação entre a intervenção e o diagnóstico cedo da deficiência, percebendo a facilitação dos fatores de desenvolvimento; o papel dos pais, que devem ser bem informados sobre o estado da criança e os auxiliados por técnicos em seus conflitos para que assim consigam ter uma ligação boa com os filhos; currículos e programas de intervenção pedagógica, baseados na aprendizagem sequencializada, em avaliações específicas especializadas e em programações curriculares com base em princípios científicos do desenvolvimento.

O currículo total em DI deve se voltar para todas suas áreas, orientando-se na linha da análise de tarefas para não gerar frustrações no educando. Qualquer currículo terá de respeitar o nível de aptidão individual de cada educando e se adequar ao perfil intraindividual, pois dessa forma os objetivos a atingir partirão de uma base concreta e não abstrata ou arbitrária; E por último a desinstitucionalização, tornando público todos os acessos ao desenvolvimento da DI.

Todos esses meios de intervenções são de grande importância para a discussão da DI, mesmo estando tão distantes de nossa realidade, porém o objetivo é torná-los praticáveis para maior sucesso de igualdade em nosso país.

Ao chegar à sala de aula, os professores devem atentar alfabetizar estes alunos que contêm DI. Neste caso é necessário buscar alternativas que possibilitem didáticas lúdicas e alternativas para

buscar sempre despertar a curiosidade do aluno, ser mediador na busca da autonomia, levar em conta se o que está no planejamento realmente vai proporcionar uma aprendizagem autônoma e contínua, não usar da superproteção com o aluno, pois acaba atrapalhando no seu processo de aprendizagem, dentre outros. (GOMES, 2018, p. 20)

Para tanto, os professores necessitam estar atentos para as estratégias pedagógicas que estão tomando, pois somente assim será possível acolher aquela que esteja mais convencionada para estimular e acrescentar no processo de aprendizagem do aluno com DI. Diante disso, Bordenave e Pereira (2002) explicam que para ensinar é necessário a realização de algumas atividades ao mesmo tempo, sendo elas planejar, orientar e ter conhecimento do desenvolvimento da aprendizagem do estudante. Para serem realizadas estratégias de ensino geradoras de resultados elas necessitam estimular diversas capacidades do indivíduo. Portanto, deve-se observar, teorizar e sintetizar as informações relevantes deve fazer parte constante das atividades de ensino.

Isso nos revela que as estratégias pedagógicas utilizadas para os alunos com D.I necessitam atender as necessidades do sujeito, despertando a sua atenção e facilitando o seu aprendizado. Porém para que isso aconteça é de extrema importância que o professor tenha um diagnóstico do aluno: quais são suas habilidades e suas dificuldades, qual é o grau de sua deficiência, dentre outras, para promover o seu desenvolvimento contínuo.

Desta forma, quando o professor já está cúmplice das demandas que o aluno necessita, percebe que são necessários um currículo, tempo, estratégias diferentes para o procedimento de ensino/aprendizagem do sujeito com o DI, escolher os jogos lúdicos passa a ser uma tarefa menos complicada. Porém é necessário destacar que não escolher por escolher os jogos, deve-se atentar para a faixa etária do sujeito e quais a competência que se deseja trabalhar na aula.

O lúdico abrange o brincar, o jogar e o espectro das artes. Os professores devem se valer desses aspectos criativos, cooperativos, de interação, integração e sensibilização do lúdico como facilitador da aprendizagem e como instrumentos de avaliação dessa aprendizagem. As estratégias lúdicas têm três funções, de acordo com Ferreira (2001, p. 22):

Socializadora: por meio do jogo, a criança desenvolve hábito de convivência;
Psicológica: pelo jogo, a criança aprende a controlar seus impulsos;
Pedagógica: o jogo trabalha a interdisciplinaridade, a heterogeneidade, o erro a forma positiva, tornando a criança agente ativo no seu processo de desenvolvimento.

O jogo desenvolve habilidades bastante características no desenvolvimento de ensino/aprendizagem da criança, desenvolvendo diversas condições que irão proporcionar um encaminhamento da criança para o convívio social e desenvoltura nas habilidades pertinentes ao ser humano. Diante disso Frantiozi (2014, p. 23) afirma que

o jogo é considerado como uma importante atividade na educação de crianças, uma vez que permite o desenvolvimento afetivo, motor, cognitivo, social, moral e a aprendizagem de conceitos, pois jogando a criança experimenta, descobre, inventa exercita e confere suas habilidades, estimulando a curiosidade, a iniciativa e a autoconfiança, proporcionando aprendizagem, desenvolvimento da linguagem, do pensamento, da concentração e da atenção, sendo indispensável à saúde física, emocional e intelectual da criança.

Para Vygotsky (1991) o jogo é promissora fonte de desenvolvimento intelectual, pois os objetos nesse tipo de atividade perdem sua força determinadora, as crianças começam a fazer o “faz de conta” dando ressignificado ao objeto, por exemplo, o cabo da vassoura pode ser um lápis, uma espada, uma bengala, dentre outras possibilidades de criação. Ocorre então, “pela primeira vez, uma divergência entre campo do significado e da visão”, desta forma, o pensamento se separa dos objetos no sentido literal e começa a ser controlado pelas ideias (VYGOTSKY, 1991, p. 111).

As habilidades desenvolvidas pelas atividades lúdicas são descritas na Classificação de Gardner (1995), dentre elas será levantado cinco, que são

1. Inteligência Linguística: rimas, parlendas, trava línguas, adivinhas, fórmulas de escolha, jogos simbólicos, jogos dramáticos, músicas.
2. Inteligência Cenestésica Corporal: imitação, dramatização, mímicas, danças, produzir objetos para brincar, jogos que envolvem habilidades motoras de locomoção, manipulação e estabilização: andar, correr saltar, arremessar, receber, quicar, chutar, rebater, equilibrar, girar, subir, puxar, carregar, circuito psicomotor.
3. Inteligência Musical: as músicas de acalanto, músicas de diferentes estilos, brincadeiras de cantigas de roda, rimas, parlendas, atividades rítmicas e musicadas, mnemônicas e danças diversas.
4. Inteligência Espacial ou Visual: pegadores, trabalho com corda, esconde-esconde, amarelinha, queimada normal ou em círculo, jogos de arremessos, basquete, jogos da memória, jogo de elástico, cabra-cega, atividades de desenho, pintura colagem, escultura, brincadeiras de imaginação e jogos de construção que exploram os diferentes espaços (casinha, escola, circo, sítio, floresta, cidade, fábricas, rios).

5. Inteligências Pessoais: as brincadeiras de representação de papéis, jogos dramáticos, teatro, as danças, as cantigas de roda, os jogos competitivos, os jogos de inibição (estátua, stop, duro-mole, esconde-esconde).

Para as cinco classificações do lúdico que foram expostas acima, todas elas estão ligadas aos jogos teatrais de improvisação, apesar de também ter outras linguagens da arte educação como dança e música, não deixa de fazer parte das técnicas do teatro, tendo em vista que esta linguagem aborda métodos das demais e vice-versa, elas são interdisciplinares. Portela (2019, p. 3) destaca que o ensino das Artes e os jogos teatrais têm “finalidades de promover a diversidade cultural dos alunos, para articular a maneira pela qual deve ser feita a abordagem do repertório cultural do aluno e da comunidade na qual a escola está inserida”.

As habilidades do ensino/aprendizagem das Artes são desenvolvidas por uma abordagem triangular elaborada por Ana Mae Barbosa. Perante as concepções metodológicas da abordagem Portela (2019; 2020) apresenta que são realizadas através da contextualização da obra de arte, fazer artístico e leitura/releitura/apreciação da obra de arte. Estes três pilares, na sua plenitude de desenvolvimento permite o aluno compreender a arte como experiência estética e de educação cognitiva.

Nisto, o método da construção do personagem através dos jogos de improvisação da Viola Spolin é perceptível que todos podem trabalhar seu lado lúdico e criar através da improvisação teatral. Spolin (2010) argumenta que qualquer um pode atuar no palco, tendo em vista que todas as pessoas são capazes de improvisar e tudo que aprendemos está relacionado com as nossas experiências – é uma relação constante entre o indivíduo e o ambiente. Observando essa colocação podemos então oferecer à criança isolada do convívio social uma aproximação em direção ao outro, auxiliando em suas limitações, pois como vimos anteriormente um dos motivos das causas da deficiência intelectual é o isolamento do indivíduo. Neste viés é apresentada a forma de significar uma pessoa talentosa – que neste caso é a capacidade individual de experienciar a potencialidade de uma pessoa no ambiente em todos os níveis: intelectual, físico e intuitivo. Spolin (2010) destaca que dos três a intuição é o ponto vital para a aprendizagem, pois nela o indivíduo fica livre para reagir espontaneamente às ações do meio onde ele está situado.

Viola Spolin (2010) aponta sete aspectos da espontaneidade, dentre eles está o jogo, que é um elemento proporcionador de desenvolvimento e liberdade pessoal à experiência; desenvolvendo técnicas e habilidades pessoais. E na DI, é imprescindível

trabalhar o jogo, pois tem um caráter de criatividade e grande desenvolvimento tanto motor, quanto cognitivo.

Com base nos estudos de Viola Spolin (2010) sobre o desenvolvimento a partir da improvisação e de autores que destacam o uso da arte para o desenvolvimento da criança com deficiência mental, não podemos descartar a arte educação desse processo de ensino-aprendizagem.

Com isso esta proposta também vai ao encontro com o desenvolvimento da criança com deficiência mental. Esse tipo de contato desenvolverá sua capacidade motora, sensorial, cognitiva, linguística, entre as demais áreas de desenvolvimento. Lógico, sempre respeitando o caráter de ser trabalhado apenas o que pode ser alcançado pela criança, e logo após atingir a meta do primeiro estágio, desenvolver outras, pois somente desta forma será assegurado o desenvolvimento pleno da criança DI com nenhuma frustração.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação é um direito constitucional de todos e para todos, com isso não podemos mais aceitar a ideia de que o problema da deficiência está com a pessoa deficiente. Esta é uma questão muito mais abrangente, de caráter político-social, que envolve diversos fatores como a falta de políticas públicas que incluam essas crianças na sociedade, a falta de comunicação dos agentes de saúde com a sociedade, a falta de apoio aos familiares, uma educação sem recursos voltados para a Educação Especial pública e gratuita - isso também inclui a falta de profissionais especializados nesta área. Algo ainda mais agravante é perceber que os mais lesados com a DI são as pessoas de classes sociais desfavoráveis economicamente, pois é exatamente neste meio onde repercute a carência de todas as condições básicas de vida humana.

Considerando todas essas questões, podemos então destacar que a ludicidade, junto os jogos teatrais e a Arte Educação são processos de inclusão na vida dessas crianças com deficiência, tendo em vista o aspecto de acolhimento envolto na linguagem artística e na Pedagogia do Teatro. Percebemos essa característica acolhedora ao estudar o método de jogo improvisação teatral de Viola Spolin, pois seu trabalho é todo voltado para a independência criativa da criança no seu processo de criação. Notamos também que em seus estudos o trabalho em grupo é fundamental para a eficiência nas soluções dos problemas apresentados nos jogos, portanto o trabalho de

socialização está incluso nesta prática, interferindo em um problema na origem da vida dessas crianças que é segregação ou exclusão do convívio social.

Por fim, não se pode deixar de apontar a falta de responsabilidade pública governamental para com essas pessoas que também concorrem para a segregação delas. Essas práticas segregacionistas traduzem uma ignorância sobre o conhecimento do verdadeiro potencial humano dos deficientes intelectuais. Dever haver a otimização da normalização dos deficientes intelectuais, garantir sua vivência e convivência, bem como o meio de trabalho compatível com seu potencial de aprendizagem. Não podemos continuar com a prática de selecionar uns e rejeitar outros. Finalizo afirmando que ainda falta muito para a inclusão dos deficientes intelectuais na sociedade, porém não podemos fechar os olhos para essa situação deplorável. Temos que lutar para garantir o direito dos desprivilegiados e ainda mais, ressignificar a palavra deficiente estimulando o empoderamento desse grupo.

REFERÊNCIAS

BORDENAVE, J.D.; PEREIRA, A. M. **Estratégias de ensino-aprendizagem**. Petrópolis: Vozes, 2002.

FERREIRA, M. **Ação Psicopedagógica na sala de aula: uma questão de inclusão**. São Paulo: Paulus, 2001.

FONSECA, Vítor da. **Educação Especial: programa de estimulação precoce – uma introdução as idéias de Fuerstein**. 2. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

FRANTIOZI, Silvana Aparecida. **ESCOLA INCLUSIVA: ADAPTAÇÕES NECESSÁRIAS PARA CONTEMPLAR A DIVERSIDADE**. In: PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência de Educação. Os Desafios da Escola Pública Paranaense na Perspectiva do Professor PDE: Produção Didático-pedagógica, 2014. Curitiba: SEED/PR., 2016. V.2. (Cadernos PDE). Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospede/pdebusca/producoes_pde/2014/2014_unicentro_ped_pdp_silvana_aparecida_frantiozi.pdf>. Acesso em: 01 jan. 2020. ISBN 978-85-8015-079-7.

GARDNER, H. **Inteligências múltiplas: a teoria na prática**. Porto Alegre: Artes médicas, 1995.

GOMES, Darlene Ilha. **PERCEPÇÕES DE EDUCADORAS ESPECIAIS NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL**. 2018. 38 f. TCC (Graduação) - Curso de Licenciatura em Educação Especial, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2018. Disponível em: <<https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/15305/Gomes%20Darlene%20Ilha.pdf?squence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 11 jan. 2020.

PORTELA, Neto. Teatro na escola: problemática e caminho. **Cadernos Cênicos**, Maceió, v. 1, n. 1, p.1-8, nov. 2019. Disponível em: <<http://www.seer.ufal.br/index.php/CadCenicos/article/viewFile/9082/6559>>. Acesso em: 11 jan. 2020.

_____. Abordagem Triangular para uma aprendizagem coparticipativa. **Cadernos Cênicos**, Maceió, v. 2, n. 1, p. 1-15, jul. 2020. Disponível em: <<https://www.seer.ufal.br/index.php/CadCenicos/article/view/10602/7617>>. Acesso em: 24 jun. 2021.

SPOLIN, Viola. **Improvisação para o teatro**. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 2010.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.